



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0283313-2

COMARCA: 2ª VARA CÍVEL DE GRAVATÁ

APELANTE: MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA DOS SANTOS

APELADO: TÚLIO JOSÉ LEITE MOURA JÚNIOR ME

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO USADO - DEFEITO NO FUNCIONAMENTO - NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA PARA A ELUCIDAÇÃO DOS FATOS - DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA - APELO PROVIDO - SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0283313-2**, em que figuram como Apelante **MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA DOS SANTOS** e como Apelada **TÚLIO JOSÉ LEITE MOURA JÚNIOR ME**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *"Por unanimidade de votos, de ofício, deu-se provimento ao apelo, para declarar a nulidade da sentença, retornando-se os autos ao juízo de origem para seu regular prosseguimento, nos termos do voto do Relator"*. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 22 de março de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



127
e

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0283313-2

APELANTE: MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO: JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE DUTRA

APELADO: TULIO JOSÉ LEITE MOURA JÚNIOR ME

ADVOGADO: ARTUR FIGUEIRA MENDES BATISTA DA SILVA

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Perdas e Danos Morais e Patrimoniais.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 88/90, julgou improcedente o pedido contido na exordial. Pelo princípio da sucumbência, restou condenada a autora a arcar com o pagamento das custas processuais e verba honorária advocatícia, esta arbitrada à razão de 10% sobre o valor atribuído à causa, todavia em virtude da gratuidade da justiça deferida ficou suspensa a sua exigência, nos termos do art.12, da Lei 1.060/50.

Objeto: Apelação com pedido de reforma total da apelação (fls. 94/107).

Razões recursais: Argumenta que à presente lide devem ser aplicadas as disposições do CDC e que não há como deixar de responsabilizar o vendedor pelo ressarcimento dos gastos com o conserto, bem como pelos danos morais pretendidos. Afirma que o fornecedor não pode se eximir da responsabilidade simplesmente alegando a culpa do consumidor pela má utilização do veículo, devendo comprovar tal fato. Requer a condenação da parte adversa nos danos morais, pois restou privada da utilização do bem e, também, requer a condenação pelos danos patrimoniais.

Contra-razões: Às fls. 112/116, requerendo o desprovemento da Apelação e a manutenção da sentença.

É o relatório.

Sem revisor por se tratar de rito sumário, conforme dita o Art. 76, parágrafo único do RITJPE.

Recife, 06 de setembro de 2012.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0283313-2

APELANTE: MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO: JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE DUTRA

APELADO: TULIO JOSÉ LEITE MOURA JÚNIOR ME

ADVOGADO: ARTUR FIGUEIRA MENDES BATISTA DA SILVA

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

A presente relação processual tem por objeto a aquisição, pela parte apelante, junto à apelada, revendedora de automóveis, de um veículo usado.

Alegou a parte autora/apelante que passados 02 meses da efetiva compra o veículo objeto da lide apresentou defeito de funcionamento no motor e que mesmo estando dentro do prazo da garantia a ré/apelante informou que não poderia arcar com as despesas do conserto.

Anote-se que o juiz "a quo" ressaltou na sentença que:

*"...o fato é que a parte autora não comprovou o fato constitutivo de seu direito, pois sequer resistiu ao argumento da defesa de que instalou indevidamente o kit gás e que se utilizou de mão obra não autorizada pela ré para efetivar consertos no bem objeto da lide, inclusive, por que **bastaria uma simples perícia para se constatar as alegações tanto da defesa quando da exordial**, mas a referida dilação probatória não foi requerida, ao contrário, ambas as partes se mantiveram inertes diante da decisão de julgamento antecipado da lide." (grifei)*

Portanto, em que pese as partes não tenham se manifestado, em especial, pela produção de perícia técnica e de demais provas, entendo imprescindível a realização da mesma para que o experto esclareça, à luz da prova documental, oral e de outros elementos que pode requerer junto às partes, se ocorreu a instalação, de forma indevida do kit gás ou demais reparos no automóvel objeto da presente lide.



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

Observo, ainda, que em sede de contestação a parte apelada enumerou situações que carecem de esclarecimento, quais sejam: a data da efetiva entrega do automóvel à parte apelante; a realização de consertos/substituições de peças sem a autorização/comunicação; instalação de kit gás no veículo.

Entendo, então, por demais importante ressaltar que a prova se destina ao Juiz, o qual tem poderes investigativos para buscar a verdade real e, estando em dúvida, nada o impede de determinar as diligências que entender necessárias e indeferir aquelas que se mostram aparentemente inúteis, conforme a redação conferida ao artigo 130 do Estatuto de Ritos.

Ainda que em primeiro grau tenha optado o MM. Juiz singular pelo julgamento, tal situação não impede a determinação de provas necessárias por este Tribunal, porquanto o julgador de segunda instância, assim como o de primeira, em todas as questões que lhe são postas, tem o direito de formar a sua livre convicção.

Como observa o saudoso THEOTONIO NEGRÃO na nota 2 ao artigo 330 do CPC:

"Em matéria de julgamento antecipado da lide, predomina a prudente discricção do magistrado, no exame da necessidade ou não da realização de prova em audiência, ante as circunstâncias de cada caso concreto e a necessidade de não ofender o princípio basilar do pleno contraditório" (STJ - 4ª Turma, REsp 3.047-ES, rel. Min. Athos Carneiro, j. 21.8.90, não conheceram, v.u., DJU 17.9.90, p. 9.514, 2ª col., em.).

Por isso: 'Ainda que as partes não tenham requerido produção de provas, mas sim o julgamento antecipado da lide, se esta não estiver suficientemente instruída, de sorte a permitir tal julgamento, cabe ao juiz, de ofício, determinar as provas necessárias à instrução do processo' (RT 664/91)" (Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 43ª edição, Ed. Saraiva, São Paulo, 2011).

Há de se ressaltar, também, que existem ofícios, às fls. 70 e 71, de nºs 2012.0544.000204 e 2012.0544.000205, solicitando ao Diretor do DETRAN a data da



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

instalação, bem como a regularização da instalação do Kit Gás no veículo de Marca GM, Modelo Corsa Wind, ano 2000/2001, cor verde, placa KKY 8127, a fim de instruir os autos e ao gerente da BV Financeira, a apresentação do contrato inerente à negociação do veículo retromencionado.

Todavia, observo ter sido o processo sentenciado sem as devidas informações aos órgãos.

No caso em concreto, é imprescindível que seja oportunizado, mais uma vez, às partes a produção de provas, uma vez que a documentação acostada não são suficientes para embasar uma segura decisão e nem capazes de convencer o magistrado acerca dos direitos em discussão, quais sejam, a reparação a título de danos morais e patrimoniais.

Impõe-se, pois, a desconstituição da sentença, a fim de que o juízo a quo possibilite a instrução processual com prova dos fatos alegados pelas partes para correta decisão judicial que entender, cuja fundamentação deverá ser inequívoca e pontual (art. 93, da CF).

No mesmo sentido da presente decisão, colaciono a seguinte jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO - CERCEAMENTO DE DEFESA
SUSCITADO DE OFÍCIO - NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO
PROBATÓRIA PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS - POSSIBILIDADE
DE PRODUÇÃO DE PROVAS DE OFÍCIO PELO JUIZ - ART. 130, DO
CPC - PRELIMINAR ACOLHIDA - JULGAMENTO DO APELO
PREJUDICADO - SENTENÇA ANULADA EX OFFICIO. 130CPC(3922
MS 2012.003922-8, Relator: Des. Marco André Nogueira
Hanson, Data de Julgamento: 27/03/2012, 3ª Câmara Cível,
Data de Publicação: 03/04/2012)**

**Indenização. Relação bancária. Alegação de depósito por
meio de caixa eletrônico. Julgamento antecipado.
Anulação. Necessidade de abertura de instrução
probatória. Apelação prejudicada. Sentença anulada de
ofício. (9166827332009826 SP 9166827-33.2009.8.26.0000,
Relator: Cauduro Padin, Data de Julgamento: 03/08/2011,
13ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação:
05/08/2011)**



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

Apelação cível. Embargos de terceiro. Arresto proveniente de execução de título extrajudicial. Julgamento antecipado da lide. Ofensa ao princípio da busca da verdade real. Ausência de elementos probatórios suficientes a embasar a sentença. Compromisso de compra e venda. Mero início de prova documental. Necessidade de dilação probatória. Existência de outras questões fáticas relevantes dependentes de esclarecimentos. Nulidade declarada de ofício. Remessa dos autos para correta instrução. Recurso prejudicado. (8597108 PR 859710-8 (Acórdão), Relator: Joatan Marcos de Carvalho, Data de Julgamento: 13/06/2012, 16ª Câmara Cível)

Face ao exposto, pelo meu voto, anulo, de ofício, a r. sentença, restando prejudicado o presente recurso.

É COMO VOTO.

— Recebido, 19/03/2013.
Joatan Marcos de Carvalho